

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



COORDENAÇÃO-GERAL
DE POLÍTICAS DE
MEMÓRIA E VERDADE

CONTRA A VIOLÊNCIA
DO ESTADO



SEM
MEMÓRIA NÃO HÁ FUTURO

LIMNAS DE SANPA NOS 60 ANOS DO GOLPE DE 64

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania

Macaé Evaristo

Chefe da Assessoria de Defesa da Democracia, Memória e Verdade

Nilmário Miranda

Coordenadora-Geral

Paula Franco

Coordenador de Apoio

Elson Silva

Ficha técnica

Redação

Paula Franco, Elson Silva e Flávia Aguiar

Capa

Daniel Pereira

Diagramação e projeto gráfico

Flávia Aguiar

Emendas de diagramação e revisão

Gabriela Catunda

Fotografia de abertura

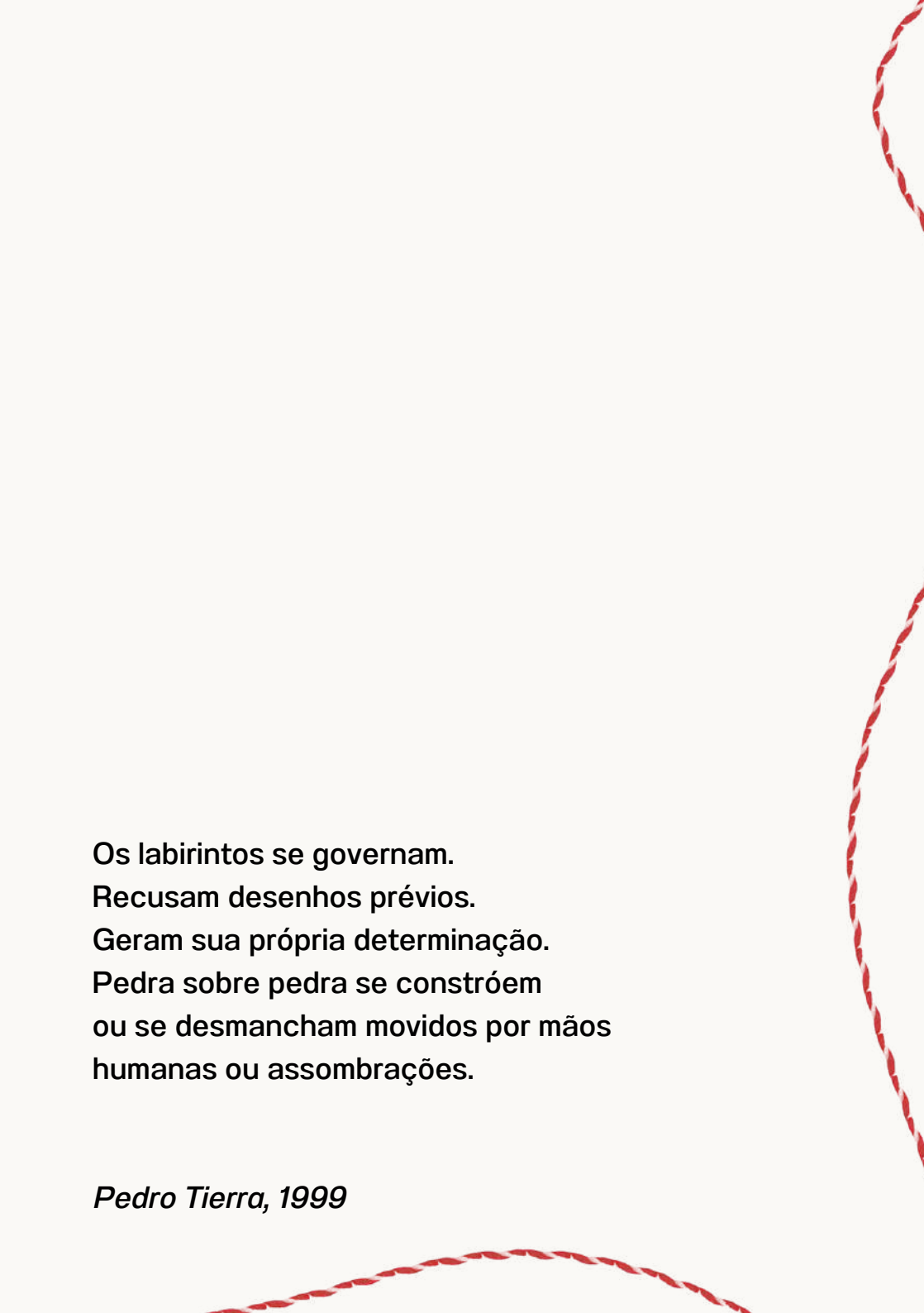
Eder Martins

Brasília, DF - Fevereiro de 2025



SUMÁRIO

- 05 Apresentação**
- 06 O que é a Coordenação-Geral de Políticas de Memória e Verdade?**
- 08 Quem compõe?**
- 09 O que são políticas de memória e verdade?**
- 11 Comissão Nacional da Verdade e o MDHC**
- 13 Lugares pela Memória**
- 18 Participação em colegiados**



Os labirintos se governam.
Recusam desenhos prévios.
Geram sua própria determinação.
Pedra sobre pedra se constroem
ou se desmancham movidos por mãos
humanas ou assombrações.

Pedro Tierra, 1999

O QUE É A COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS DE MEMÓRIA E VERDADE?

Anteriormente Coordenação-Geral de Memória e Verdade e de Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada 1 de janeiro de 2023, a Coordenação-Geral de Políticas de Memória e Verdade atende à efetivação dos direitos à memória e à verdade, especialmente no contexto pós-ditaduras militares. A Coordenação-Geral parte desse marco fundamental e expande os horizontes em direção ao potencial pedagógico que emana desses direitos.

Protegida sob um poderoso véu de censura, a ditadura militar (1964-1985) deixou marcas profundas no Brasil e costuma ser lembrada pela violência de Estado, que promovia desapa-

cimentos forçados, assassinatos, torturas, sequestros, prisões arbitrárias.

Além da perseguição contra pessoas que se opuseram ao regime e contra movimentos sociais que favoreceriam a população, especialmente os mais pobres, a ditadura impediu o combate à desigualdade social, e enfraqueceu os instrumentos de organização popular, operou uma política que acentuou a concentração de renda, tornando mais difíceis as condições de vida.

A ditadura também foi marcada por perpetuar e acentuar as desigualdades raciais no Brasil, por perseguir a comunidade LGBTQIA+ e por intensificar a violência contra os Povos Indígenas.



E houve resistência: pessoas foram exiladas, ficaram clandestinas, foram presas, morreram e desapareceram, organizaram suas militâncias, denunciaram as violências em organismos internacionais.

Além da ação organizada de mulheres, de camponeses, a luta do povo negro, periférico, de trabalhadores e trabalhadoras, que se iniciou e perdurou durante os anos de chumbo e seguiu depois da ditadura.



Macaé Evaristo
Ministra



Nilmário Miranda
Chefe da Assessoria



Paula Franco
Coordenadora-Geral



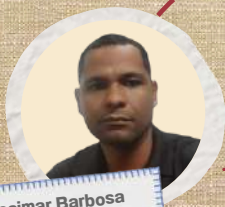
Elson Silva
Coordenador de Apoio



Mário Palheta
Servidor



Liz Lima
Assistente Administrativa



Josimar Barbosa
Assistente Administrativo



Flávia Aguiar
Estagiária

O QUE SÃO AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA E VERDADE?

As políticas de memória e verdade surgem a partir das demandas de vítimas diretamente atingidas por violações de direitos humanos e de familiares dessas. Com o tempo, essas reivindicações foram se ampliando a outros grupos, ao mesmo tempo que foi se complexificando e expandindo seu escopo. Essa situação resultou no desenvolvimento de uma teoria chamada “justiça de transição”.

De acordo a ONU, justiça de transição pode ser definida como um conjunto de procedimentos e mecanismos que objetivam buscar justiça em decorrência de violações sistemáticas dos direitos humanos.

Nesse contexto, as políticas de memória e verdade pretendem reconhecer, divulgar e elucidar tais transgressões, promovendo, primeiramente, a reparação às vítimas diretas de regimes autoritários e, a seguir, para a toda a sociedade como mecanismo de superação desses períodos.

Políticas dessa natureza auxiliam na construção de uma memória coletiva que compreenda os traumas do passado, garantindo a superação e a não-repetição.

Essas políticas são fundamentadas no direito à verdade, estabelecido pela ONU como direito humano universal.

No Brasil, elas se refletem em diversas iniciativas: consta no Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), por meio das diretrizes 23 e 24, nas Recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), assim como consolida as bases para a realização de políticas de reparação por meio da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos (1995 -atual) e pela Comissão de Anistia (2002 - atual).

Políticas públicas que promovem a construção de uma memória e efetivam o direito à verdade são essenciais para avançarmos democraticamente.

Elas representam um compromisso que deve ser pactuado a partir de um projeto de presente e de futuro coletivos.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E O MDHC

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi uma comissão de Estado, instituída pela Lei n. 12.528/2011, destinada a “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” entre os anos de 1946 e 1988, com especial atenção aos anos de ditadura militar (1964-1985).

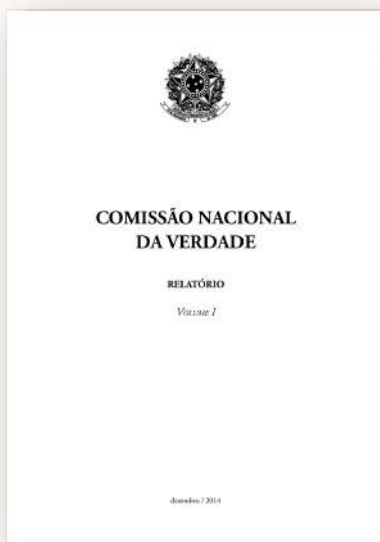
Em mais de dois anos, a CNV empreendeu investigações em arquivos, colheu testemunhos, promoveu audiências públicas e alcançou êxitos ao colocar o assunto da ditadura na arena pública. No Brasil, a CNV conviveu com uma rede de comissões da verdade instituídas em cidades, estados, universidades e outros setores.

Esse fenômeno rendeu ao país uma narrativa mais complexa a respeito da ditadura, e com potencial de ilustrar feitos ocorridos por todo o território, causando uma onda de mobilizações em torno da temática.

Em 2014, a CNV encerrou seu mandato legal ao publicar o Relatório Final que sintetiza os mais de dois anos de investigações empreendidas. Todo o acervo da CNV, assim como o informe, foram disponibilizados virtualmente pelo Arquivo Nacional.

Nesse, além de detalhamentos teóricos e de análise de casos sobre episódios de graves violações de direitos humanos ocorridas no período, também se apresentou um conjunto de recomendações que indicam a adoção de medidas e políticas públicas para a prevenção de violação de direitos humanos e a garantia de sua não-repetição.

Essas recomendações apresentam-se como um roteiro para o fortalecimento da democracia no país e são divididas em três eixos:

**1**

Medidas institucionais

Como a promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação e a retificação da causa de morte no atestado de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos;

2

Reformas constitucionais e legais

Trata-se das medidas que dizem respeito aos poderes legislativo e judiciário;

3

Medidas de seguimento e não repetição

Como a preservação da memória das graves violações de direitos humanos por meio da conservação e divulgação de espaços que foram palco dessas violências.

LUGARES PELA MEMÓRIA

Os lugares de memória das ditaduras são espaços que preservam e reconstroem a história das violações e abusos durante regimes autoritários, como a ditadura militar (1964-1985). Esses espaços têm como objetivo revelar a verdade, reconhecer as vítimas e educar a sociedade sobre a importância da democracia e dos direitos humanos, evitando que violações semelhantes se repitam.

Nos países vizinhos que viveram ditaduras, como Argentina, Chile e Uruguai, esse tema tem recebido grande atenção dos governos, tendo sido criadas leis, memoriais e grandes e importantes projetos para a preservação desses lugares. Recentemente, um desses lugares na Argentina, a Escola de Mecânica da Armada (Ex-Esma), foi reconhecido como patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Assim, o levantamento, identificação e mapeamento desses lugares se apresentam como importantes ferramentas pedagógicas para a memória, apresentando uma contribuição fundamental aos ideais de memória, verdade e em defesa do princípio da não-repetição daquelas violações.

Ao manter viva a memória desse passado, os lugares de memória promovem a formação de gerações conscientes e a construção de um futuro sem esquecimento, para que nunca mais aconteça.

No âmbito desta Coordenação-Geral, os esforços sobre espaços de memória são aplicados a partir do projeto Lugares pela Memória, que se divide entre as etapas de Apoios, Nacional e Mercosul. Além disso, há assistências em curso por todo o território nacional.

ETAPA DE APOIOS

A Coordenação-Geral de Políticas de Memória e Verdade trabalha em cooperação com órgãos públicos e instituições para a efetivação de criação de locais de memória, como o Memorial Casa da Morte - RJ e o Memorial da Luta Pela Justiça - SP.

MEMORIAL CASA DA MORTE

Localizada na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, a Casa da Morte foi utilizada pelo Exército como centro clandestino de tortura e desaparecimento de pessoas. Em 2023, o MDHC e a Prefeitura de Petrópolis firmaram parceria para a desapropriação do imóvel e realização de primeiros reparos a serem feitos, dando início a transformação da casa em memorial.

Foto: Paula Franco, 2023

MEMORIAL DA LUTA PELA JUSTIÇA

O Memorial da Luta Pela Justiça terá lugar na antiga sede da Auditoria Militar, localizada no Jardim Paulista, em São Paulo. A iniciativa já vinha sendo levada à frente pela Ordem dos Advogados do Brasil (seção SP) e pelo Núcleo Memória. Em 2024, foi firmado um Acordo de Cooperação com tais instituições, acompanhadas da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República com o objetivo de apoiar a implantação do memorial.

Foto: Elson Silva, 2024



ETAPA NACIONAL

A etapa nacional do projeto Lugares pela Memória visa identificar e sinalizar os locais nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul que tenham sido classificados como lugar de memória no Brasil. Para este fim, são necessárias três etapas:

- ◆ Mapeamento de locais relacionados à memória da ditadura militar no Brasil e criação de um inventário on-line com mapa interativo e verbetes explicativos;
- ◆ Pesquisa sobre o conceito de “lugares de memória” relacionado a períodos históricos sensíveis. Essa pesquisa servirá de base para a normatização do conceito;
- ◆ Sinalização física dos lugares identificados como importantes à memória da ditadura. Para isso, o seguinte selo foi confeccionado especialmente para marcação desses espaços:



ETAPA MERCOSUL

Além de ações no âmbito nacional, a Coordenação-Geral realiza trabalho junto ao MERCOSUL. Dentre as propostas de ação da Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça da Reunião de Altas Autoridades sobre os Direitos Humanos (RAADH), está o mapeamento e sinalização de locais ligados à memória da Operação Condor (plano de cooperação entre as ditaduras da América do Sul).

A marcação de lugares vinculados à Operação Condor será feita por selo próprio, desenvolvido pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH).



Lugar de Memória MERCOSUL

Vinculado a violações de
direitos humanos durante
a Operação Condor

PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS

COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA DA RAADH

Esta Coordenação-Geral representa o Brasil na Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ), que é uma entre várias comissões temáticas que compõe a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul. A RAADH foi instituída com o objetivo de integrar os países que formam o Mercosul no que tange à implementação de ações relativas à promoção e à defesa dos direitos humanos.

Nesse contexto, a CPMVJ debate temas relacionados ao assunto, como a questão dos lugares de memória, as ações para a localização e identificação de pessoas desaparecidas

e os meios de intercâmbio de documentação sobre os períodos autoritários, com o intuito de promover intercâmbio de boas práticas entre países da região, bem como para empreender políticas públicas conectadas.

Da CPMVJ derivam-se dois Grupos de Trabalho (GT) que visam avançar nas trocas de experiências em relação a temas congêneres e, assim, ampliar o direito à verdade e à memória de forma integrada para a região: GT de Práticas Arquivísticas e GT de Práticas Forenses.

MEMÓRIA E VERDADE LGBTQIA+

A Coordenação-Geral atua como suplente à Chefia da Assessoria no Grupo de Trabalho Ministerial de Memória e Verdade das Pessoas LGBTQIA+, criado para resgatar a memória das violações de direitos humanos sofridas pela população LGBTQIA+ e desenvolver políticas públicas de combate às violências.



PROMOÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE

O Grupo faz parte da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência deste Ministério e tem como objetivo promover pesquisas relacionadas às internações compulsórias e propor estratégias de enfrentamento ao preconceito e resgate da memória. Esta Coordenação-Geral é responsável por acompanhar o GT, na posição de suplência ao Chefe da Assessoria.





Esplanada dos Ministérios - Bloco A, 4º andar
Brasília/DF. CEP: 70.054-906
politicasdememoriaeverdade@mdh.gov.br
+55 (61) 2027-3889
+55 (61) 2027-3149